



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6117 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

EDUCAÇÃO PARA TODOS EM JOMTIEN, DAKAR E INCHEON E A QUESTÃO DA SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM (NEBAS)

Maria Carolina Miesse - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Leonardo Cordeiro de Queiroz - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

EDUCAÇÃO PARA TODOS EM JOMTIEN, DAKAR E INCHEON E A QUESTÃO DA SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM (NEBAS)

A elaboração das políticas públicas educacionais tem se constituído enquanto uma ação de propulsão e propagação dos acordos internacionais, gestados e implementados principalmente após a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien na Tailândia no ano de 1990, momento que marca o início da “Década da Educação” (ANTUNES, 2018). A partir da leitura do documento aprovado nessa ocasião evidencia-se uma preocupação central das ações em *Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem* (NEBAS), conceito empregado em seu título e constantemente no decorrer de sua redação. Esse escopo enfatizado na Declaração Mundial sobre Educação para Todos perpassa os demais acordos firmados a partir dos encontros realizados em Dakar (2000) e Incheon (2015).

As metas e estratégias educacionais traçadas nesses encontros, instituídos pela ação de organismos internacionais apresentam um caráter ideológico e político, que é perpassado a diversos países que vem as implementando (ANTUNES, 2018). Indaga-se no presente texto: que tipo de formação preconiza-se nessas orientações a partir da defesa das NEBAS? Logo, a pesquisa tem como objetivo identificar em que contexto a questão da *Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem* (NEBAS) é abordada nas Declarações sobre Educação para Todos, resultantes das Conferências de Jomtien, Dakar e Incheon, de modo a evidenciar a ideologização na prescrição de determinada formação.

Para responder a essa indagação a pesquisa encontra-se ancorada na análise documental e fundamentada no método dialético. As discussões pautaram-se no estudo contextualizado de três fontes primárias produzidas e divulgadas no âmbito da UNESCO, sendo estes: Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990); Educação para Todos: o Compromisso de Dakar (2001); Declaração de Incheon (2016). Em um primeiro momento buscamos verificar o contexto histórico que permeia o movimento Educação para Todos, para posteriormente identificar em que contexto a questão das NEBAS é abordada nos documentos, de modo a evidenciar sua ideologização na prescrição de determinada formação.

Acerca do contexto histórico que permeia o movimento Educação para Todos, identifica-se que o mesmo se insere em um contexto histórico-político neoliberal globalizado. Entre os anos de 1960 e 1990, como aponta (MILAGRE, 2017) observa-se a ênfase nas relações entre a educação, a economia e o mercado de trabalho, em função do contexto mundial neoliberal e globalizado. O movimento Educação para Todos se insere nesse preâmbulo, no qual a educação passa a ser assunto prioritário. Logo, para sua melhor compreensão, se faz necessário um entendimento acerca da totalidade histórica em que se insere.

Como constatamos em Lamare (2016), o neoliberalismo surge na década de 1970 a partir de um contexto de crise capitalista, como medida de retomada do processo de acumulação do capital. Como aborda Noma (2017, p.110, grifos nossos) é possível entender o neoliberalismo “[...] como programa, como um conjunto de políticas e como receituário para reformas, visando *submeter todas as instâncias da vida social à lógica do mercado*”.

Segundo Milagre (2017), suas ideias são questionadoras do poder do Estado na organização social, econômica e política, o que, segundo seus defensores, fere o princípio de liberdade individual e livre mercado. A lógica destas, em uma visão neoliberal, como explica Freitas (2018, p.31), produziriam “[...] o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência”. A aplicabilidade dessa concepção a todas as atividades do Estado teria, teoricamente, a capacidade de desencadear uma sociedade melhor.

A educação acaba adentrando nessa lógica, inclusive pelo seu potencial em transmitir os princípios e as doutrinas do neoliberalismo. Como explica Carcanholo (2002, p. 28) “[...] como todas as instâncias sociais devem se submeter à lógica do mercado, faz-se necessário um Estado forte para disseminar essa lógica por toda a sociedade”. O neoliberalismo, como afirma Milagre (2017), acaba intervindo diretamente na educação, por visualizar nela uma forma de expandir sua ideologia.

No contexto de hegemonia dos valores neoliberais coexiste um fenômeno complexo no qual percebe-se principalmente a “[...] integração dos mercados financeiros nacionais na formação de um mercado financeiro internacional” (PRADO, 2006, p.14). Esse fenômeno, intitulado globalização, tornou “[...] urgente diminuir o nível de pobreza mundial, para consolidar um parâmetro no desenvolvimento mundial, principalmente para os países em desenvolvimento” (ANTUNES, 2018, p.69).

Nessa conjuntura a educação passa a ser associada ao desenvolvimento econômico, sendo pensado “[...] um modelo predeterminado para os sistemas educacionais definidas pelos *organismos internacionais*” (MILAGRE, 2017, p.43, grifos nossos). Vale salientar que surgiram no período pós Segunda Guerra Mundial, buscando formas de colaboração internacional para o fortalecimento da economia mundial. Com o início da globalização se consolidam e tornam-se importantes atores na organização das relações intranacionais, regulando normas e definindo os acordos entre os países acerca do desenvolvimento das diferentes áreas de atividade humana, como a saúde e a educação (MILAGRE, 2017).

Vinculada ao projeto desses organismos, como sinaliza Antunes (2018), a educação acaba tendo por finalidade formar e qualificar o trabalhador para uma maior produtividade e eficiência, sendo a base do desenvolvimento econômico do país, ou seja, uma visão neoliberal de educação.

Logo, torna-se imprescindível para a área educacional a compreensão acerca de como os organismos internacionais, vinculados ao contexto neoliberal globalizado, influenciaram a educação, a partir da defesa de uma Educação para Todos que satisfaça as *Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Frente a isso, busca-se nesse trabalho refletir que tipo de formação

preconiza-se nas Declarações mundiais sobre Educação para Todos de Jomtien, Dakar e Incheon quando as mesmas trazem à tona a discussão dessa temática especificamente. Para tal objetivo, identificamos e analisamos o contexto em que as NEBAS são abordadas nos documentos.

De acordo com Antunes (2018), os acordos internacionais impulsionam a elaboração de políticas públicas educacionais desde a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien na Tailândia no ano de 1990. A mesma é um marco que dá início a “Década da Educação” e “[...] sinaliza o início de um conjunto de metas e estratégias de caráter ideológico e político [...]” (ANTUNES, 2018, p. 96), as quais deveriam ser implementadas em diversos países, em especial, os da América Latina. Observa-se que essa definição de metas perpassa os demais acordos internacionais firmados, desde o Fórum de Dakar nos anos 2000, até Incheon em 2015.

O Encontro de Jomtien, que inicia a Educação para Todos, resultou na Declaração Mundial sobre Educação para Todos com o lema: *Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*. A análise desta questão, foco do primeiro documento de Educação para Todos, a partir da contextualização histórica empreendida até o momento, é interessante pois possibilita constatarmos a concepção educativa que transmitiu na década de 1990 e que continua se perpetuando em orientações educacionais até os dias atuais, conduzindo as políticas educacionais de diversos países.

No documento de Jomtien, a expressão *Necessidades Básicas de Aprendizagem* aparece explicitamente no texto, como algo que deve ser alcançado pela educação fundamental. Em um dos momentos que é citada, evidencia claramente a que se refere:

Essas necessidades – necessidades básicas de aprendizagem – compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a *leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas*), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como *conhecimentos, habilidades, valores e atitudes*), necessários para que *os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo* (UNESCO, 1990, p. 05, grifos nossos).

As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos são um destaque no documento, no que concerne essa questão específica, tendo em vista que no período histórico muitos adultos não tinham acesso “[...] as novas *habilidades e tecnologias*, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajuda-los a perceber e a *adaptar-se às mudanças* sociais e culturais” (UNESCO, 1990, p.01, grifos nossos). Ela aparece com ênfase nos programas de alfabetização visto que “[...] saber *ler e escrever* constitui-se uma capacidade necessária em si mesma, sendo ainda o *fundamento de outras habilidades* vitais. [...] Outras necessidades podem ser satisfeitas mediante capacitação técnica [...]” (UNESCO, 1990, p. 08, grifos nossos).

Percebe-se como este documento submete a educação aos valores do mercado a partir da defesa das NEBAS. Ele defende uma educação básica que ofereça habilidades mínimas “[...] como meio de incluir os excluídos e dar-lhes chances de concorrer a uma vaga no mercado de trabalho (MILAGRE, 2017, p.48). Essa lógica se faz presente em documentos internacionais posteriores, referentes a Educação para Todos.

Após dez anos da realização da Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, a UNESCO promoveu um processo de avaliação dos progressos alcançados, que compreendeu a convocação do Fórum Mundial sobre Educação de Dakar em abril de 2000,

no qual foi estabelecido o Marco de Ação de Dakar. Neste foi reafirmada a visão de Jomtien, inclusive sendo citado o trecho destacado anteriormente, concernente ao documento de 1990. A questão das NEBAS continua a ser abordada, assim o Marco de Dakar confirma que

[...] toda criança, jovem ou adulto tem o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua *aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser* [...] uma educação que se destina a *captar os talentos e o potencial de cada pessoa* [...] para que possam *transformar suas vidas e transformar a sociedade*” (UNESCO, 2001, p.06, grifos nossos).

Observa-se neste documento o enfoque à educação de jovens e adultos, no que concerne a questão das NEBAS de aprendizagem, uma vez que avista-se em avaliações que a qualidade da aquisição de valores e habilidades humanas não satisfazem as necessidades dos indivíduos, afetando principalmente esse grupo, negando-os “[...] o acesso às *técnicas e conhecimentos necessários para encontrar emprego remunerado e participar plenamente da sociedade*” (UNESCO, 2001, p.06, grifos nossos). A estes sujeitos deveria ser oferecida

[...] oportunidade de obter conhecimento e *desenvolver os valores, atitudes e habilidades* que lhes possibilitem *desenvolver suas capacidades para o trabalho*, para participar plenamente de sua sociedade, para deter o controle de sua própria vida e para continuar aprendendo (UNESCO, 2001, p. 16, grifos nossos).

Evidencia-se nessa Declaração uma “[...] cultura baseada na ideia de desenvolvimento das capacidades e habilidades de caráter individual, que são fundantes para o capitalismo contemporâneo” (LAMARE, 2016, p.49). As NEBAS destacadas em Dakar dizem respeito a componentes técnicos e habilidades, que expressam ideologicamente tentativas de formar um sujeito flexível e adaptável as mudanças no trabalho no capitalismo atual.

Após 15 anos da Conferência de Dakar, um novo Fórum Mundial de Educação foi convocado, sendo realizado em maio de 2015, em Incheon, na Coreia do Sul. Dela originou-se o Marco de Ação 2030 – rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Este foi adotado em novembro de 2015 e “[...] estabelece uma nova visão para a educação para os próximos 15 anos” (UNESCO, 2015, p.03).

No decorrer do documento observa-se a supressão da expressão “*Necessidades Básicas de Aprendizagem*”, entretanto, a temática ainda é abordada utilizando-se do termo habilidades, constatado em demasia nos documentos de Jomtien e Dakar quando tratam da questão. Além disso, a temática é tratada em convergência a qualidade da educação, tendo em vista o próprio enfoque da Declaração. Assim,

A educação de qualidade promove criatividade e conhecimento e também assegura a *aquisição de habilidades básicas em alfabetização e matemática*, bem como habilidades analíticas e de *resolução de problemas*, habilidades de alto nível cognitivo e habilidades interpessoais e sociais. Além disso, ela desenvolve *habilidades, valores e atitudes* que permitem aos cidadãos levar vidas saudáveis e plenas, tomar decisões conscientes e *responder a desafios locais e globais* [...] (UNESCO, 2015, p.06, grifos nossos).

A Declaração de Incheon preconiza a educação ao longo da vida estabelecendo como vital

[...] que os sistemas educacionais garantam que todas as crianças, jovens e adultos estejam aprendendo e *adquirindo habilidades relevantes*, inclusive proficiência na alfabetização. Precisa-se, urgentemente, que

crianças, jovens e adultos desenvolvam, ao longo da vida, as *necessidades e as competências flexíveis* de que necessitam para *viver e trabalhar em um mundo* mais seguro, sustentável, interdependente, baseado em conhecimentos e guiado pela tecnologia (UNESCO, 2015, p. 15).

As necessidades básicas são aqui entendidas como habilidades e competências mínimas necessárias ao mercado de trabalho, como por exemplo a capacidade de ser flexível as demandas locais e globais. A educação acaba assumindo nessa Declaração, assim como nas demais abordadas, uma visão economicista vinculada ao contexto neoliberal, exercendo “[...] o papel de formadora e qualificadora da força de trabalho para a melhoria da eficiência e da produtividade, sendo vista como base do desenvolvimento econômico [...]” (ANTUNES, 2018, p.78).

Por fim, verifica-se que os documento referentes a Educação para Todos, quando tratam da *Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*, preconizam uma formação de habilidades e atitudes necessárias ao mercado de trabalho, por meio da oferta de conteúdos educativos que não ultrapassem o mínimo para tal. Esta organização serve a um ideal de adaptação e (com)formação dos sujeitos aos valores ideológicos neoliberais, de modo a atender as demandas do capitalismo e não a emancipação dos sujeitos.

Com o percurso empreendido pode-se concluir que, a partir de uma visão neoliberal e globalizada a educação passa a ser visualizada como um instrumento de disseminação do ideal neoliberal. Assim, são prescritas metas educacionais a serem seguidas que vinculam, implícita e explicitamente esse pensamento, a partir da ação de organismos internacionais, que voltam suas ações aos interesses da acumulação do grande capital.

Principalmente a partir da década de 1990 a educação passa a ser questão central de discussão desses organismos. Nesse contexto destaca-se a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, que dá início a “Década da Educação”, estabelecendo metas de caráter ideológico e político que se perpetuam nas orientações educacionais firmadas posteriormente nos Fóruns de Dakar (2001) e Incheon (2016).

Em uma análise contextualizada acerca dos compromissos firmados nessas conferências, mais especificamente da defesa nela empreendidas acerca do conceito *Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*, verifica-se a formação por elas preconizadas, que denotam para uma educação mínima, capaz de qualificar os cidadãos ao mercado de trabalho e as demandas do capital. Logo, desempenha um papel de formadora de uma cidadania neoliberal, capaz de conformar os sujeitos a sua realidade histórica concreta.

Palavras-chave: Educação para Todos. Necessidades Básicas de Aprendizagem. Mercado de Trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jucemara. *O direito à educação como “ioiô” das políticas que ampliam a obrigatoriedade da educação básica*. 2018. Tese (Doutorado em educação)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Abertura e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90*. 2002. 255f. Tese (Doutorado em

Economia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os novos “reformadores”. In: _____. *A reforma empresarial da educação*. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2018. p. 31-48.

LAMARE, Flavia de Figueiredo de. *Contradições na concepção de formação humana nas políticas de Educação Infantil no Brasil: o que revelam os documentos do período de 2003 a 2010*. 2016. 233f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MILAGRE, Gessica Filgueiras. *Finalidades educativas escolares na política educacional brasileira e organismos internacionais: a questão da qualidade de ensino*. 2017. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, 2017.

NOMA, Amélia Kimiko. O neoliberalismo: doutrina, movimento e conjunto de políticas. In: NOMA, Amélia Kimiko; TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. *Políticas públicas e educação na contemporaneidade*. Maringá: Eduem, 2017. p. 99-124.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. Globalização: notas sobre um conceito controverso. In: Antônio Correa de Lacerda. (Org.). *O Brasil no cenário internacional*. São Paulo: Lazulli, 2006. Disponível em: <https://guilhermetissot.wordpress.com/2014/11/06/globalizacao-notas-sobre-um-conceito-controverso/>. Acesso em: 30 de março.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Jomtien, 1990.

UNESCO. *Educação para Todos: o compromisso de Dakar*. Texto adotado pelo Fórum Mundial de Educação de Dakar – Senegal, 26 a 28 de abril de 2000. Brasília: UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2001.

UNESCO. *Forum Mundial de Educação de Incheon na Coreia do Sul*. Declaração de Incheon. Maio de 2015.